

R\$ **93,6**
Bilhões

LEITE EXPLODE DÍVIDA PÚBLICA

NÓS AVISAMOS



EDIÇÃO Nº 2

PCdoB

INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA

Leite ignorou relatório de 2021 apontando soluções para a dívida do RS



Foto: Debora Beina

Para o líder da Bancada do PT na Assembleia, deputado Luiz Fernando Mainardi, que presidiu, em 2021, uma Comissão Especial criada para tratar da situação da crise fiscal do Estado, o RS já tinha pago integralmente o valor da dívida com a União. "Na época, ficou demonstrado que o RS já havia pago integralmente o que devia para a União. Nos cálculos que apresentamos naquela Comissão Especial, a União devia algo em torno de R\$ 60 bilhões para o Rio Grande do Sul, quase o mesmo valor devido pelo Estado à União. Um encontro de contas sobre isso já seria suficiente para resolvermos o problema. Ao contrário, Leite escolheu se submeter a um programa criado para obrigar aos Estados a aplicar políticas privatistas e de contenção de investimentos. O resultado é que somos um Estado mais pobre, sem empresas estratégicas e comprometidos até o pescoço com uma dívida que só vai crescer nos próximos 10 anos."

DÍVIDA PÚBLICA DO RS NÓS AVISAMOS

A dívida pública gaúcha parece uma matéria distante, que de tempos em tempos, volta à agenda da imprensa que cobre política, mais pelo seu escandaloso e crescente saldo, do que pelas razões que levaram os gaúchos a pagar por uma conta que não fizeram. A maior parte desta dívida não é de bens ou serviços públicos que a população tenha recebido do Estado para usufruir. Pelo contrário, o que levou ao patamar de R\$ 93,6 bilhões em dezembro de 2022 foram renegociações malfeitas, por governos interessados apenas em resolver sua agenda político-partidária, sem se preocupar com as consequências na vida de milhares de gaúchos e gaúchas. A forma como a gestão da dívida foi conduzida, demonstra que até mesmo o debate público sobre o tema é inviabilizado e desconsiderado por sucessivos governos. A adesão do Estado do RS ao Regime de Recuperação Fiscal durante a gestão de Jair Bolsonaro, celebrada pelo governador Eduardo Leite e seus aliados, apesar do alerta dos deputados da Bancada do PT. Como previsto, agravou ainda mais a situação e comprometeu profundamente a capacidade do Estado de crescer e se desenvolver! Mais uma medida baseada no fundamentalismo econômico que insiste em sacrificar a população com a redução das funções e dos serviços públicos.

CONTAS PÚBLICAS / NOTÍCIA

Dívida do RS cresce 8,7% e ultrapassa marca de R\$ 93 bilhões

Leite defende acordo de recuperação fiscal: 'Dívida gera riscos ao futuro'

Britto e FHC mais que duplicaram a dívida gaúcha em 4 anos

Apesar de ter contabilizado praticamente um orçamento anual extra, com a venda da CRT e parte da CEEE, além da extinção da Caixa Estadual fundida ao Bannisul, Britto operou uma renegociação da dívida, que, descontada a inflação do período, ainda assim, saltou de R\$ 28 bilhões para R\$ 59,6 bilhões em quatro anos. O então governador ofereceu ao então recém nomeado ministro da Fazenda, Pedro Malan, uma série de medidas que incluíam corte de investimentos e arrocho salarial dos servidores. Meses depois, o anúncio da liquidação da dívida, ficou só na foto de capa do principal jornal gaúcho.

Uma negociação que deu certo!

Os termos da dívida do RS com a União só foram melhorar, mais de uma década depois, quando o governador Tarso Genro propôs a troca dos indexadores utilizados para o cálculo dos juros. Na época, Tarso liderou um acordo nacional com Governo Federal para renegociação das dívidas dos Estados. A proposta aprovada trocou o Índice Geral de Preços (IGP-DI), como indexador, para IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e reduziu os juros de 6% para 4% ao ano, condicionados pela taxa Selic (Se a Selic é menor que o IPCA+4%, vale a taxa Selic como indexador). Na prática, a medida permitiu a redução do estoque da dívida, em R\$ 22 bilhões, até julho de 2028.

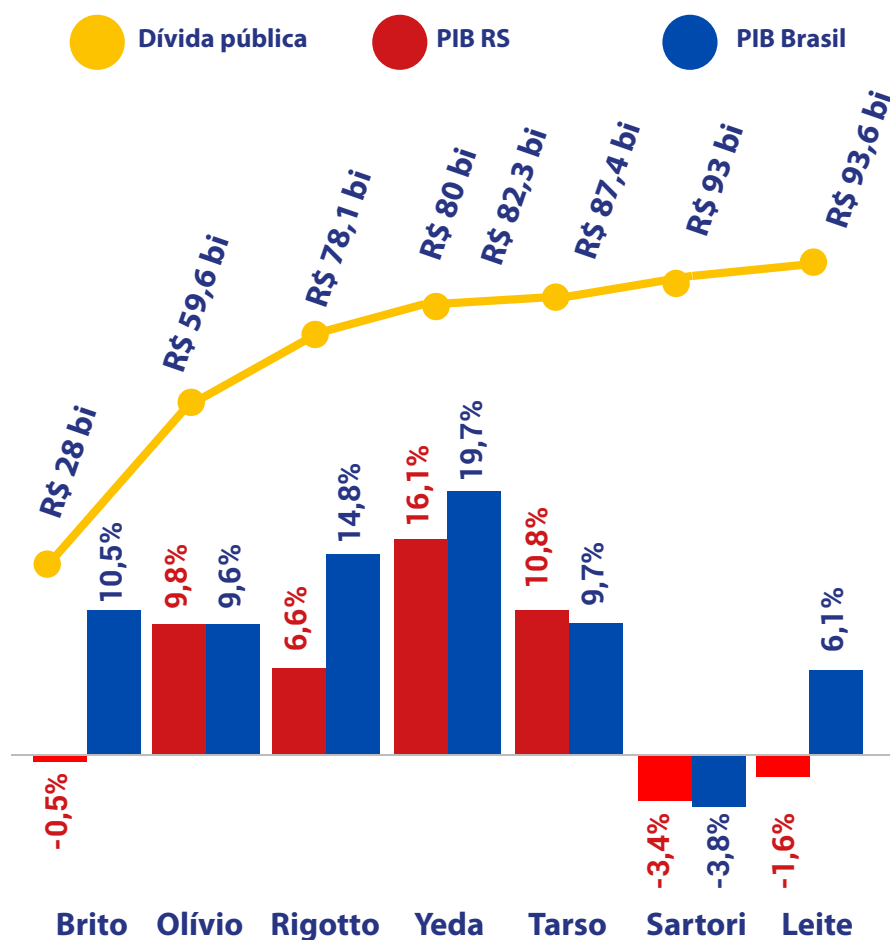
Dívida gaúcha de R\$ 28 bilhões pode ser abatida, prevê Tarso

Governador comemorou aprovação de novo indexador e anunciou candidatura ao Pinatini

10/04/2014 | 10:24 Atualizado 10:51
Correio do Povo e Rádio Guaíba

Dilma sanciona lei que muda indexador da dívida dos Estados

Novas condições poderão ser aplicadas com efeito retroativo a 2º de janeiro de 2013



Mesmo sem deixar de pagar a dívida pública, os governos Olívio e Tarso foram os dois únicos que fizeram a economia gaúcha crescer acima da média brasileira. Sartori e Leite, além de aumentar a dívida, derubaram o crescimento do PIB do RS abaixo da média nacional.

Depois do avanço, novos retrocessos com Sartori e Leite

Quando José Ivo Sartori assumiu, ingressou com ação na Justiça e obteve liminar no STF que permitiu interromper o pagamento da dívida com a União a partir da parcela de abril de 2015. Ao dar calote, Sartori gerou mais juros a serem aplicados à dívida. Já no governo de Eduardo Leite, os pagamentos do serviço da dívida refinanciada junto à União continuaram suspensos. No entanto, a partir de junho de 2022, o governo Ranolfo/Leite aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), abrindo mão de todas as ações jurídicas. Assim os valores não pagos no período, chegaram a R\$ 16,4 bilhões e foram integrados, com juros e correção, ao estoque da dívida a ser paga à União. Ainda assim, graças a renegociação feita por Tarso, mesmo tendo deixado de pagar R\$ 16,4 bilhões desde julho de 2017, o estoque da dívida gaúcha no governo Leite caiu em quase R\$ 27 bilhões, devido a troca de indexador.

O governo Sartori em 12 atos: dos salários atrasados ao acordo emperrado com a União

Sartori deixa de pagar R\$ 280 milhões da dívida com a União

Fizoo para pagamento se encerra nesta quinta-feira, último dia do mês; Sartori adiou para borrar a folha do funcionalismo

O Regime Fiscal de Temer/Bolsonaro

O Regime de Recuperação Fiscal (RRF) foi instituído em 2017, pelo presidente golpista Michel Temer (MDB) com a justificativa de auxiliar os Estados em grave desequilíbrio fiscal. Na prática, a adesão ao RRF pelo governo de Eduardo Leite e Ranolfo Vieira (PSDB), permitiu uma interferência inédita da União na gestão estadual e a perda de autonomia financeira do governo gaúcho, com a inviabilização das políticas públicas essenciais, tanto pela imposição de um teto de gastos, quanto pelo corte de correções salariais dos servidores, a suspensão de concursos públicos e de políticas públicas que atingem direto ao cidadão. Para Eduardo Leite, o RRF serviu como justificativa para um discurso de austeridade, que já estava em curso no RS e não trouxe nenhuma vantagem em termos de equilíbrio das contas. Mas serviu para uma possível candidatura à Presidência da República que não passou sequer pelas prévias tucanas.

INÍCIO > POLÍTICA
DÍVIDA

Eduardo Leite envia pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal do governo federal

Adesão foi pedida após conclusão de reformas exigidas pela União, como privatizações e corte de direitos e investimentos



Foto: Mateus Bruxel_Agencia RBS

Leite não tem política de desenvolvimento para o RS

Apesar da retórica e das caríssimas peças publicitárias para demonstrar que as contas estão em dia, o Governo de Eduardo Leite foi desmentido pela própria secretária da Fazenda do RS, Pricilla Santana. Em audiência pública da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa, ela foi categórica: "O Rio Grande do Sul carece de uma agenda de desenvolvimento. Nós temos que buscar crescimento. Isto é fato". A verdade veio à tona no Relatório da Dívida, produzido pelos servidores da Sefaz/RS que demonstraram que as contas não estão em dia e mais uma vez, Leite foi desmentido pelos dados.



Pricilla atendeu ao convite do deputado Miguel Rossetto

Foto: Joaquim Moura

Depois do fracasso, quer renegociar o RRF

Eduardo Leite recebeu aproximadamente R\$ 4,6 bilhões de receita com a venda das estatais Sulgás, Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e Corsan para ajustar as contas e cumprir as exigências do RRF. São medidas que não produziram nenhum ajuste estrutural das contas do Estado do Rio Grande do Sul, que seguirão aumentando. A redução do 30% para 25% de ICMS proposta pelo Governo Leite e aprovada na Assembleia é tida como causa da queda de arrecadação e redução da receita. Leite retirou em torno de R\$ 8 bilhões do salário dos servidores, deixou de pagar R\$ 12 bilhões da dívida, vendeu R\$ 4,6 bilhões de patrimônio e recebeu em torno de R\$ 10,6 bi de receita do ICMS, chegando R\$ 35 bilhões de receitas extraordinárias. O valor não atenua os problemas financeiros do Estado, apenas seu governo. Um movimento oportunista, irresponsável, de curto prazo, que empobreceu e destruiu o patrimônio público do Estado em R\$ 35,1 bilhões, que sustentaram seu governo, mas destruíram as bases de sustentação e crescimento do Estado do Rio Grande do Sul, penalizando duramente a sociedade gaúcha. Leite retornou a Brasília recentemente para apelar ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad e ao Governo Lula, uma nova renegociação da dívida pública. Ele propôs alongar ainda mais a dívida, mais uma vez deixando para o próximo governo e a para a sociedade gaúcha, o custo de sua desastrada gestão!



Foto: Joaquim Moura

"Não haverá redução da dívida com a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, apenas postergação. E não haverá dinheiro novo para investimentos. Por outro lado, os salários (dos servidores) ficarão congelados por seis anos". Trecho de discurso do deputado Pepe Vargas, então líder da Bancada do PT, em 27/06/2019.

Dívida nem sempre é um problema

Por sua natureza, o Estado tem ampla capacidade de contrair empréstimos com a União, com bancos públicos e privados, além de organismos internacionais, o que não necessariamente é um problema. Ao contrário, ao buscar financiamento externo, o Estado amplia sua capacidade de atuação, melhorando a prestação de serviços, investindo em infraestrutura necessária para garantir o desenvolvimento econômico. O que muda são as condições em que os recursos externos são negociados.

O Estado existe para cuidar das pessoas

Para entendermos a questão da dívida pública, antes é fundamental compreendermos que as finanças do Estado não funcionam como uma empresa, tampouco como uma família. Comparações desse tipo, normalmente, caem em simplificações necessárias apenas para justificar a ideologia do Estado Mínimo. O objetivo do Estado não é o lucro, mas o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade. No mundo real, o Estado não gasta com supérfluos, mas principalmente com salários, equipamentos para a operação dos serviços públicos básicos ao atendimento da população, como Saúde, Educação, Segurança, Justiça, Legislação e medidas para garantir o desenvolvimento de suas regiões. Ao fazê-lo, o Estado ao mesmo tempo estimula o consumo e com isso, também arrecada mais impostos (ICMS). Portanto, ao gastar, o Estado também aumenta suas receitas, o conhecido “efeito multiplicador do gasto”. Outra diferença é que o Estado não quebra.

Todos os 27 estados da federação possuem dívidas com a União, mas cada um tem características históricas e econômicas que tornam cada caso diferente, com possibilidades distintas. No caso do RS, o problema se tornou central nas finanças gaúchas, desde o final dos anos 90, quando a agenda de redução do Estado se tornou o eixo político do governo de Antônio Britto (MDB). Depois de Britto, os governos seguintes continuaram aplicando o mesmo receituário de redução do Estado, esperando resultados diferentes. Sartori (MDB) paralisou o pagamento à União, acumulando, a partir de 2017, mais R\$ 16,4 bilhões, que deixaram de ser pagos. Na sequência, o governo de Eduardo Leite/Ranolfo Vieira (PSDB), abriu mão de todas as contestações jurídicas sobre os valores cobrados pela União, para poder aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), além de impedir investimentos em pessoal e infraestrutura.

Mas então qual é o problema com a dívida do RS

São Paulo, sábado, 21 de setembro de 1998 **FOLHA DE SP** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

RS assina renegociação de RS 6,1 bi

CARLOS ALBERTO DE SOUZA
DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, assinou ontem, em Porto

CRISI NAS FINANÇAS

Acerto feito em 1998 não resolveu problema da dívida do RS

Índexador: subiu além do esperado pelo governo gaúcho e passivo se multiplicou

LINHA DO TEMPO DA DÍVIDA PÚBLICA



Antônio Britto MDB

1994-97

Britto **renegocia a dívida** com o ministro Malan, do governo FHC

No final do governo Britto, a dívida saltou de **R\$ 24 bilhões** para **R\$ 56 bilhões**

1998



O anúncio da liquidação da dívida ficou só na foto de capa do principal jornal gaúcho

Pagou a dívida e negociou cláusulas que **reduziram a parcela** da dívida e mantiveram Barrisul público

1999



Olívio Dutra PT

Tarso pagou a dívida e liderou a troca do indexador de IGP-DI, para IPCA . **Diminuiu os juros de 6% para 4%** ao ano com previsão de **redução de R\$ 22 bilhões** no estoque até 2028

2014



Tarso Genro PT

Sartori **suspende o pagamento** da dívida por liminar na Justiça, no seu governo **deixou de pagar R\$ 4,4 bilhões** no serviço da dívida

Julho

2017

Só em dezembro assina aditivo implementando os benefícios conquistados no Governo Tarso com redução do estoque em 4,9 bilhões da dívida

Dezembro

2017



José Ivo Sartori MDB



Eduardo Leite PSDB

Leite **não pagou a dívida** acrescentando R\$ 12 bilhões no estoque durante seu governo e **abre mão das ações** na Justiça que questionam a dívida para a aderir ao RRF

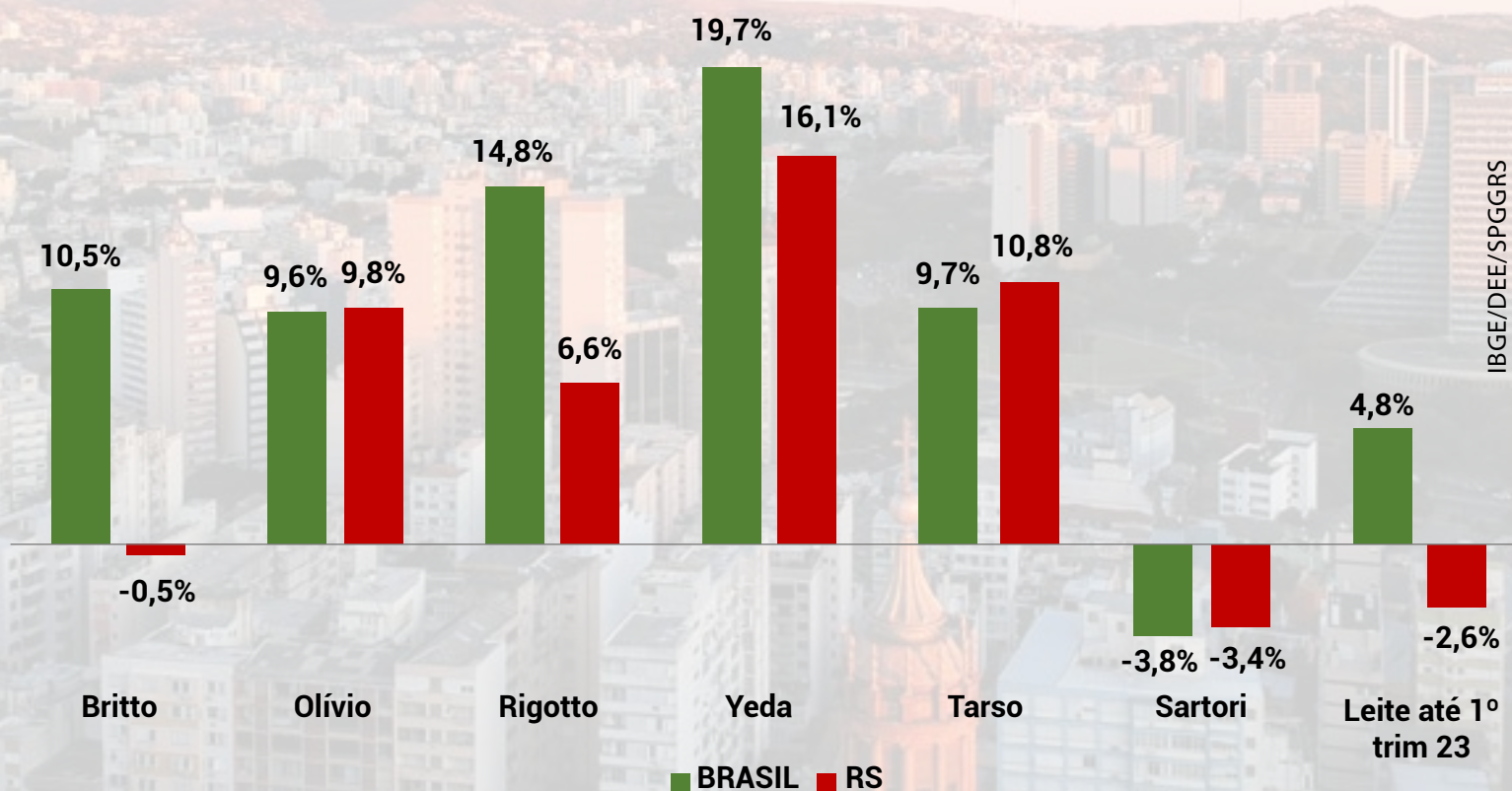
2023

DÍVIDA PÚBLICA CHEGA A R\$ 93 BILHÕES

Leite registra o pior desempenho da economia gaúcha em 30 anos

Sem nenhuma política de desenvolvimento para o Estado, Eduardo Leite impõe ao RS um conjunto de perdas. A última delas, anunciada na segunda metade de junho de 2023, é o péssimo resultado do PIB. A economia gaúcha encolheu 2,6%, enquanto o Brasil cresceu 4,8% até o primeiro trimestre de 2023. O resultado é o pior desde o governo Britto. A indústria alimentícia, por exemplo, caiu 8,3%, refletindo a crise pela qual passa o setor da proteína animal. Os resultados aparecem e não há qualquer atitude de Leite para tentar ao menos reduzir o impacto de sua péssima gestão.

Crescimento do PIB - BR x RS



Assembleia Legislativa
Estado do Rio Grande do Sul



Expediente: Federação Brasil da Esperança

Líder da Bancada: **Luiz Fernando Mainardi** | Vice-líder da Bancada PT: **Miguel Rossetto**

Líder Partidário PT: **Jeferson Fernandes** | Vice-líder Partidário PT: **Adão Preto** | Líder Partidária PCdoB: **Bruna Rodrigues**

Projeto gráfico, diagramação, fotos e textos: Assessoria Técnica da Bancada do PT na Assembleia Legislativa/RS

Endereço: Praça Marechal Deodoro, 101/506 | Porto Alegre-RS | Fones: (51)3210-2913

(Bancada) e (51)3210-1123 (Imprensa) | E-mail: bancadaptsul@gmail.com | <http://ptassembleiars.org.br/>



/ptassembleiars



@ptassembleiars



@ptassembleiars



PT Assembleia RS